

31 de março entre ternos e fardas: a efeméride do golpe sob as lentes do *Estadão*

March 31st between suits and uniforms: the anniversary of the coup by the lens of Estadão

31 de marzo entre trajes y uniformes: el aniversario del golpe bajo el lente de Estadão

Ana Carolina Lima SANTOS¹
Paulo Bernardo Ferreira VAZ²

Resumo

Este artigo explora a maneira como o jornal *O Estado de São Paulo* aborda os aniversários do golpe de 1964 a partir da fotografia, analisando seis edições do dia 31 de março, nos decênios. Nelas, o veículo cria uma narrativa visual que reorganiza a ditadura civil-militar pelo protagonismo de sujeitos que compuseram a sua face oficial. O destaque dado aos presidentes ditadores, bem como a outros políticos e oficiais das Forças Armadas, é rompido de forma pontual, sobretudo para aludir a dois tópicos: o apoio popular e o papel dito combativo da imprensa. Esse modo de rememorar a história acaba deixando parcialmente de lado ou ocultando por completo aspectos importantes do regime ditatorial, conformando uma memória impedida e/ou manipulada.

Palavras-chave: Ditadura; jornalismo; fotografia; efeméride; *O Estado de São Paulo*.

¹ Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestra em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: outracarol@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6973-6401>.

² Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em Comunicação e Educação e mestre em Editoração e Audiovisual pela Université Paris 13 e graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: paulobvaz@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9868-4081>.



Abstract

This article explores how *O Estado de São Paulo* reports the anniversaries of the 1964 coup using photography by analyzing six editions of March 31, one per decade. In them, the newspaper creates a visual narrative that reorganizes the civil-military dictatorship through the protagonism of individuals who made up its official face. The emphasis given to dictator presidents, as well as other politicians and officers of the Armed Forces, is interrupted in a punctual manner, mainly to allude to two topics: the popular support and the alleged combative role of the press. This way of remembering history ends up leaving partially aside or completely hiding important aspects of the dictatorial regime, forming a blocked and/or manipulated memory.

Keywords: Dictatorship; coup anniversary; journalism; photography; *O Estado de São Paulo*.

Resumen

Este artículo explora la forma como el periódico *O Estado de São Paulo* aborda los aniversarios del golpe de 1964 a través de la fotografía, analizando seis ediciones del 31 de marzo, una por década. En ellas, el diario crea una narrativa visual que reorganiza la dictadura cívico-militar a través del protagonismo de sujetos que conformaron su rostro oficial. Se rompe de manera puntual el énfasis otorgado a los presidentes dictadores, así como a otros políticos y oficiales de las Fuerzas Armadas, principalmente para aludir a dos tópicos: el apoyo popular y el supuesto papel combativo de la prensa. Esta forma de recordar la historia termina dejando de lado parcialmente u ocultando por completo aspectos importantes del régimen dictatorial, creando una memoria impedida y/o manipulada.

Palabras clave: Dictadura; periodismo; fotografía; efemérides; *O Estado de São Paulo*.

Introdução

Em 31 de março, a cada ano, o *Estado de São Paulo* pauta o golpe de 1964, seja mencionando-o superficialmente, seja destacando-o. Nessas ocasiões, (quase) nada acontece efetivamente, mas o veículo faz emergir um acontecimento pela reorganização do passado e renovação do relato do que antes ocorreu, na sua junção com a atualidade vivida pelo leitor contemporâneo. Se, em concordância com o que diz Elton Antunes (2014, p. 162), no jornalismo as “remissões a acontecimentos outros de tempos remotos [...] [são] parte do ‘fundo’ contra o qual se projeta a informação nova da notícia”, tem-se aí uma lógica própria em que o “fundo” faz a vez de “figura” e torna-se ele mesmo a novidade tematizada. Ao acionar o pretérito como elemento que curta-circuita o presente (e, também, o futuro), o periódico se volta a fatos longevos para preencher suas páginas.



Nas efemérides, fotografias antigas dão a ver o que há muito transcorreu. Antunes (2014, p. 163), ao conceber o uso jornalístico de imagens de arquivo (2014, p. 163), percebe que elas “alteram a relação com o passado e a própria memória, transportando o ‘presente’ que estava ocorrendo em outra época”. Aquela atualidade, visada de outro instante, provoca mais um estilhaçamento temporal. Não se trata de um processo que se dá pela indiciabilidade dos fatos, pela capacidade de a foto reproduzir fielmente referentes do mundo, e, sim, pelo seu potencial de construir graus discursivos, como inscrição expressiva da realidade (Biondi, 2014) que reestrutura a história à luz do contemporâneo.

Precedido por tais questões, este artigo investiga de que maneira o *Estadão* faz uso de fotografias no ensejo da comemoração do golpe a cada decênio. Para tanto, toma-se como empiria matérias das edições de 1974, 1984, 1994, 2004, 2014 e 2024. As imagens são o ponto de partida da leitura, em análises imanentes (que se volta às formas pelas quais o acontecimento é estruturado na fotografia, pelo enquadramento, angulação, relação entre os motivos visuais, rendição de gestos, fisionomias e posturas corporais etc.) tanto quanto contextuais (que englobam os agenciamentos que envolvem a foto na materialidade jornalística, da verbalidade ao planejamento gráfico), dando conta de sua discursividade (Picado, 2014). A apreciação imagética é erguida, ainda, entremeando discussões historiográficas e conceituais que ajudam a situar a constituição de significados que ali se verificam. Interessa observar, por meio desses procedimentos, como o jornal narra o passado com a recuperação de fotografias, fazendo-as circular em uma nova temporalidade e sob uma nova forma, isto é, em montagens únicas – em companhia de outras fotos, com outras legendas, encimadas por outras manchetes. Nota-se, em suas oscilações, o aparecimento de um eixo comum pelo qual a ditadura civil-militar é abordada, dando visibilidade a certos pontos e ofuscando outros. Compreende-se, assim, quais os são “agendamentos da lembrança” (DIAS, 2014, p. 212) delineados pelo periódico, ou seja, o que ele seletivamente dispõe como relevante para ser rememorado.

Nesse aspecto, o trabalho se alinha a uma tendência crescente nos estudos comunicacionais, de uma aproximação com a história a partir do entendimento da complexa tessitura temporal do presente que está envolvida no gesto de interpretar e simultaneamente atuar sobre o tempo vivido (Ribeiro, 2020). Centrar-se no jornalismo enquanto agente de sentidos e memórias sobre a ditadura implica, pois,



tomar a contemporaneidade como espaço de ação que se assenta sobre modos de conceber e representar o passado, oportunizados também nas efemérides. Atentar-se a isso é significativo em se tratando de um jornal de registro público, nos termos Shannon Martin (1988), isto é, de reconhecido profissionalismo na execução de suas funções editoriais. O *Estadão*, grande referência no contexto brasileiro, com publicação ininterrupta desde 1875, faz notar o valor de suas informações na escrita da história. E faz isso, em muitas passagens, a partir da potência dos textos visuais que cria (Abril, 2008), nos quais as fotografias jornalísticas, vista e revistas, constituem-se reiteradamente.

A cobertura da ditadura à redemocratização

Entender a efeméride do golpe, como pautada pelo *Estadão*, passa por entender o próprio acontecimento fundador e a maneira que o jornal se posiciona em relação a ele. Há controvérsias no que diz respeito à data que baliza o início da ditadura. O marco inaugural em geral é normalmente considerado 31 de março de 1964, quando tropas do general Mourão Filho se deslocam de Minas Gerais ao Rio de Janeiro para tomar o prédio do Ministério da Guerra e destituir o presidente eleito João Goulart. Assumem menos importância os fatos ocorridos em 1º de abril, que selam de vez o sucesso do movimento golpista e permitem a posse interina do então deputado Ranieri Mazzilli. Para muitos críticos, a coincidência desses eventos com o Dia da Mentira é tomada como mote para ridicularizar o acontecido, sinalizando-o como farsa, isto é, como golpismo ditatorial que se forja enquanto ação patriótica e defesa democrática. Mais do que a precisão histórica, importa reconhecer que ambas as versões implicam um uso político do passado (Noberto, 2024).

Por isso não parece estranho constatar que, se em 2 de abril de 1964, o veículo anuncia que “o movimento legalista [...] tornou-se plenamente vitorioso *ontem*” (Mazzili..., 1964, p. 1, grifo nosso); em 31 de março do ano seguinte ele afirma que “faz *hoje exatamente* um ano que as Forças Armadas puseram abaixo o governo ‘comuno-nacionalista’ chefiado pelo sr. João Goulart” (O primeiro..., 1965, p. 3, grifo nosso), datação que acolheria a partir de então. A opção por essa demarcação temporal, bem como os termos empregados nas duas matérias para se referir a cada um dos lados da história, indicia o apoio irrestrito do *Estadão* ao golpe – que não só celebra sua efetivação, mas, antes, atua em prol dele ao minar as bases do governo eleito e conspirar por seu fim (Aquino, 1999).



Com a ditadura instaurada, o periódico segue fazendo coro a ela. A despeito de tecer críticas eventuais aos rumos políticos do país, legitima e vangloria o golpe. Ao analisar materiais publicados até 1973, Rodrigo Patto Sá Motta (2017, p. 379) conclui que o *Estadão* “não confrontou o Sistema ou renegou a revolução (para ele, sem aspas, claro) [...] Mais do que isso, concorreu para sua construção ao batalhar para que a ditadura se mantivesse nos limites de uma união tensa entre liberalismo e autoritarismo”. Sua denominação como “revolução”, além disso, é mantida por décadas, sem ressalvas.

Entretanto, com o fim da ditadura, o jornal passa a compor uma nova memória para si. Conforme verifica Flávia Biroli (2009), em diversos momentos após a redemocratização, ele tem recontado a ditadura revestindo-se de uma postura combativa, em que se identifica ora como vítima, ora como herói: em uma direção, afirma a censura sofrida; em outra, silencia sobre seu posicionamento majoritariamente favorável à ordem política, reiterando resistências. Além disso, a autora chama atenção para o subterfúgio frequente no modo como o veículo recorda a ditadura, segundo o qual houve um golpe dentro do golpe quando Castelo Branco, à época respaldado por ele, teria sido impedido de encerrar o militarismo e evitar a escalada da repressão que viria com seus sucessores. Nos dois casos, a ressignificação do que aconteceu é fruto da projeção de certo *ethos*, que, por entender o jornalismo como atividade democrática, precisa situá-lo na defesa da democracia (Biroli, 2009).

Não se trata de um artifício exclusivo a esse periódico. Os meios de comunicação hegemônicos, de forma unânime, alicerçam o golpe e a ditadura. Com a reabertura democrática, omitem e muitas vezes mentem sobre a participação significativa que tiveram ou aludem às “posições assumidas como ‘equivocos’ superados [...] A democracia caracterizaria o momento ‘novo’, materializando a superação dos obstáculos à liberdade e localizando a crise, definitivamente, no passado” (Biroli, 2009, p. 291). Corroboram, assim, para uma percepção sobre a ditadura enquanto um período excepcional, no qual quaisquer “excessos” (leia-se, todo o horror por ela perpetrado) se vincula a um estado de exceção justificado pela conjuntura (Mezarobba, 2010). Um “interlúdio trágico”, como apreendem Mauricio Lissovsky e Ana Lígia Leite e Aguiar (2018, p. 57).

Por essa lógica, o que quer que tenha ocorrido entre 1964 e 1985 pode, deve e já foi colocado entre parênteses. A série de violações de direitos humanos cometidas



pelo Estado – sequestros, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres – tanto quanto o apoio dado pelo jornalismo ao regime que a permite, como “passado que passou”, não precisa ser recobrado. Assim, a ditadura torna-se uma memória impedida e/ou manipulada, isto é, um acontecimento que é estabelecido por um esquecimento comandado abusivamente e/ou por distorção ideológica (Ricoeur, 2007). O *Estadão*, busca-se comprovar aqui, é um dos atores que constrói a memória dessa forma, via efeméride. Se, nas palavras de Antunes (2014), o jornalismo se inscreve a partir de uma rememoração que funda sentidos, no que concerne à ditadura, isso se dá por supressões, deslocamentos de ênfases, refigurações dos protagonistas das ações e dos contornos delas – operações que, como indica Paul Ricoeur (2007), conformam abusos memorialísticos.

Nesse encadeamento, a fotografia não pode ser encarada como substância secundária: pelo caráter documental que assume no meio jornalístico, como índice dos acontecimentos que registra, ela supõe uma dimensão acontecimental que, para além de puro dado de conhecimento, integra-se à discursividade da memória. É o que propõe Benjamim Picado (2014). Ao refletir sobre o estatuto da fotografia jornalística, o autor pondera que “a historicidade da imagem não se separa, portanto, das condições nas quais ela é narrativamente pertinentizada pelo jornalismo, definida como dado de seu modo de aparecer” (Picado, 2014, p. 23), o que faz a fotografia ser expressão do evento da qual deriva e, por isso, também impor-se a si mesma como acontecimento capaz de caracterizar experiências. O exercício discursivo da fotografia acerca da história ditatorial, no que se vislumbra no *Estadão*, conforma a linguagem visual de uma lembrança esquecida e/ou distorcida.

Primeiro decênio, 1974

Figura 1: Capa de 31/3/1974

Fonte: acervo.estadao.com.br

Nos dez anos do golpe, o *Estadão* estampa em manchete: “10 anos, tema de Geisel hoje” (Figura 1). Ainda que o destaque verbal seja dado ao presidente ditador, o foco visual é outro. A fotografia retrocede a uma manifestação ocorrida nos dias que antecederam o golpe. Em vista aérea, vê-se a multidão que participa do movimento conservador que havia se espalhado pelo país. Mais do que isso, em sua força de legitimação, a imagem se coloca como afixadora da magnitude do evento. A legenda o ancora no tempo e no espaço: “A Marcha da Família foi a deflagração civil da Revolução de 64 em São Paulo”. Diz, ainda, do clamor da sociedade pela intervenção dos militares, que valida como “revolução”. Na amarração verbo-visual, a anuência da população é evidenciada, podendo ser testemunhada vicariamente pelo leitor, implicado na plasticidade fotográfica.

Figura 2: Páginas 16 e 18 de 31/3/1974

Fonte: acervo.estadao.com.br

Abrindo um conjunto de matérias especiais e artigos, na página 16, após a manchete “A Revolução de Março, dez anos depois”, outra foto de arquivo mostra um amontoado de gente no mesmo protesto, com a legenda: “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, a 19 de março de 1964, foi a deflagração civil do movimento” (Figura 2). Se na capa a legenda se restringe à família, na do miolo entram Deus e Liberdade, demonstrando o papel fomentador da virada à direita pelo movimento católico Tradição, Família e Propriedade (TFP). A visualidade, embora outra, mantém sua discursividade: em tomada aérea, dimensiona o episódio. Mais abaixo, são publicados retratos de três militares que estiveram à frente da Presidência nesse período, com legendas que apenas o nomeiam: Castelo Branco (à esquerda, de perfil voltado para o centro e com semblante preocupado), Costa e Silva (no centro, sorrindo e olhando para a frente) e Médici (à direita, com ar atento, perfil virado para o centro). Os três vestem terno e gravata, dando-lhes um ar civil.

Na página 18, o recém-empossado Geisel aparece também vestindo terno, em imagem de fundo escuro, olhando para baixo, com a legenda “Sob expectativa, Geisel inicia segundo decênio”. O texto revela um apoio hesitante ao ponderar que as “expectativas favoráveis” em torno do militar não deixam de considerar que “o



movimento que lhe cabe agora chefiar esteja hoje mais distante do seu objetivo, em nome do qual se desencadeou – a preservação do regime democrático – do que nos seus primeiros tempos de 1964” (O êxito..., 1974, p. 18). Condicionada a essas letras, o breu em que o general está e o sentido do seu olhar trazem certo mau agouro.

Da página 18 à 25 e novamente da página 27 à 36, as matérias fazem um balanço da primeira década, sem fotografias. Na página 26 são publicadas fotos dos economistas Delfim Netto e Gouvêa de Bulhões, compondo artigos assinados por eles, em uma visada positiva sobre a economia do período, que, no título de um terceiro artigo, de Frederico Heller, figura como “milagre”. Nas páginas 37 e 38, três fotografias ilustrativas, de navios e cargas, aludem a aspectos desse desenvolvimento econômico evidenciado nas legendas: “A frota mercante brasileira ultrapassou três milhões de toneladas”, “A revolução soube pôr ordem nos portos e incentivos a indústria naval”.

Interessa mensurar como o veículo dá pouco destaque imagético ao tema, ainda que dedique bastante espaço à efeméride. São reproduzidas, no total, 11 fotografias, sendo duas de multidão de manifestantes antes do golpe e quatro retratos de presidentes. O tratamento visual, mesmo que pontual, antecipa algo que se repete em alguns decênios do golpe: o apoio civil e o protagonismo dos presidentes ditadores.

Segundo decênio, 1984

Nos vinte anos, a conduta central desses personagens se estende a outros militares de alta patente que ocuparam importantes posições nos governos (Figura 3), em retratos junto às matérias sobre a efeméride: na página 4, os generais Mourão (em traje de campanha) e Kruel (em traje de gala); na página 5, o então presidente ditador Figueiredo (mais informal, de camisa social, enquanto discursa ao microfone – que o título faz crer se tratar de algo sobre a abertura democrática: “Figueiredo anuncia hoje a sua emenda [para realização de eleições diretas]”); na página 7, os ministros do Exército, da Marinha (ambos de farda) e da Aeronáutica (à paisana).

Figura 3: Páginas 4, 5 e 7 de 31/3/1984



Fonte: acervo.estadao.com.br

Outras duas fotos referenciam ocorrências significativas do golpe: a rebelião dos marinheiros e o deslocamento das tropas de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Elas aparecem na página 4, acompanhando o relato de Carlos Chagas sobre o ocorrido. A primeira mostra marujos em cima de caminhões militares olhando para oficiais da Polícia do Exército, ao lado de foto do presidente Jango sorrindo, a cumprimentar seu novo ministro da Marinha. Abaixo se lê: “Marinheiros rebelados e almirante esquerdista na Marinha aceleram preparativos da Revolução”. Mais ao fim da página a outra foto dá a ver homens fardados com a legenda “Tropas param na divisa com estado do Rio”.

Diferentemente do que ocorre na edição de 1974, a centralidade da narrativa visual não está mais no apoio civil ou nos presidentes ditadores. O foco é no golpe. Não há qualquer menção ao que acontece entre os eventos golpistas, referenciados na página 4, e a possível reabertura política a ser anunciada por Figueiredo, noticiada na página 5. Com a redemocratização se desenhando com o movimento Diretas Já, a expectativa é para os caminhos a serem tomados nos próximos anos. Não parece sem razão que, ao contrário do decênio anterior, nada apareça sobre a efeméride na capa. Para o periódico, não há motivos para comemorá-la. Um pedaço da história começa a



ser colocado entre parênteses, a tornar-se interlúdio (Lissovsky; Leite e Aguiar, 2018).

Prenuncia-se o ocaso dos governos militares, até mesmo com perspectivas revisionistas. Na página 2, o articulista Luiz Carlos Lisboa expressa uma “sensação de desperdício”, que explica pelo ponto de vista de que, com “o velho sonho, impreciso mas coletivo, da ‘Revolução Brasileira’, [...] foi grande a frustração” (LISBOA, 1984, p. 2). Na página 3, o editorial confirma a insatisfação que toma conta não apenas do jornalista, mas também dos donos e editores do jornal: “Vinte anos decorridos entristece verificar que a Nação já não tem mais confiança nos guardiões do Estado. Nem estes têm confiança na Nação” (A revolução... 1984, p. 3).

É importante frisar que, em todos esses escritos, como indica a manutenção da alcunha de “revolução”, o golpe segue sendo legitimado. O desagrado é com rumos posteriores. Diz o editorial: “A Revolução se frustrou exatamente depois de haver conseguido construir as bases que, se bem aproveitadas, teriam permitido que o Brasil [...] fosse uma nação e um Estado – sobretudo este – respeitados no concerto internacional” (A revolução... 1984, p. 3). Também por isso, na edição do dia seguinte, a efeméride reaparece, mesclando-se de modo mais evidente com o presente, em uma fotografia de destaque na capa, em que membros das Forças Armadas homenageiam o golpe (Figura 4). A legenda afiança: “No GR do Ibirapuera, salvas de artilharia lembram o 20º aniversário da Revolução de 64”. A celebração, ainda que se faça questão de dizer alhures que “ficou praticamente restrita aos quartéis” (Militares..., 1984, p. 1), ainda tem vez no veículo. O *Estadão*, naquele momento, não afronta nem despreza a memória do golpe (Motta, 2017).



Figura 4: Capa de 1/4/1984

Fonte: acervo.estadao.com.br

Terceiro decênio, 1994

Nos trinta anos do golpe, já concretizada a guinada democrática, o jornal investe na publicação de um caderno especial de 12 páginas para marcar a efeméride, contendo 73 fotografias; além de fazê-la retornar à capa (Figura 5). Entre uma coisa e outra, a página A2 traz matérias opinativas de dois colaboradores de direita e de um de esquerda, Frei Betto. O veículo já permite que o acontecimento que sempre tratou por “revolução” seja denominado “golpe”, ao menos nas palavras do frade, que ecoam mais adiante, no texto de abertura do caderno, quando uma denominação em tese mais neutra, “movimento militar de março de 64”, é problematizada: “para uns, revolução; para outros, golpe” (30 anos..., 1994, p. X1).

A primeira página do caderno estampa uma enorme fotomontagem: no alto, uma mulher se escora sobre uma sacada enquanto sorri e aplaude o que acontece à sua porta; no meio, está a multidão que ocupa a Praça da Sé, na Marcha da Família em 1964; abaixo, um jovem desfralda uma bandeira listrada (do estado de São Paulo) e outro, sorridente, abre os braços, saudando o movimento. Uma longa legenda supostamente sintetiza as imagens ao dizer que “o Brasil foi sacudido por um terremoto”. A julgar pela narrativa fotográfica, a esse estremecimento o povo se engajou de maneira favorável. Tal qual 1974, o apoio civil está visualmente



tematizado. O leitor pode captar, no testemunho oferecido pela montagem, o engajamento da população. Se na edição de dez anos, isso se dava exclusivamente em planos abertos feitos do alto, hábeis em quantificar a participação popular; agora, há também planos mais fechados que permitem qualificá-la: os gestos, fisionomias e posturas corporais de mulheres e homens, como aparecem nas fotos, indicam a adesão extasiada.

Figura 5: Capa e caderno de 31/3/1994



Fonte: acervo.estadao.com.br

Ao virar a página, 15 pequenas fotos aparecem sob a manchete “Cronologia da ascensão e queda de Jango”. Uma delas mostra as tropas em deslocamento desde MG, com a legenda “II Exército rumo à Guanabara: anticomunismo”; as demais dão rosto a atores da história contada na matéria: Jânio Quadros, Tancredo Neves, Jango, Leonel Brizola, Mourão, Castelo Branco, entre outros militares e políticos.

Desses personagens, vários reaparecem em outras imagens ao longo do caderno. É o caso de Castelo Branco, a quem se vê nas próximas páginas, em matérias assinadas por Paulo Francis e Roberto Campos (Figura 6). Na primeira, ele está, de terno e gravata, cercado de militares fardados, todos caminhando da esquerda para a direita. A legenda especula: “Castelo, chefe do ‘grupo da Sorbonne’, tinha intenção de

manter o regime democrático, mas perdeu espaço para a ‘linha dura’”. Biroli (2009) considera esse escrito um exemplo da afirmação da tese do golpe dentro do golpe, cuja vitória da “linha dura” teria levado ao prolongamento da ditadura e ao aprofundamento da repressão. Todo o texto, na verdade, segue esse raciocínio ao destacar as ações de dois políticos que poderiam ter dado outra direção aos acontecimentos. “Se Carlos Lacerda [...] e Magalhães Pinto [...] tivessem se oposto à extensão do mandato de Castelo Branco, talvez o Brasil de hoje fosse bastante diferente do que se tornou nos 30 anos, entre 1964 e 1994.” (Francis, 1994, X3)

Figura 6: Páginas X. 3 e X4 de 31/3/1994



Fonte: acervo.estadao.com.br

A segunda fotografia de Castelo Branco retorna à concretude do passado por meio de uma legenda que se arqujeta na factualidade: “Castelo Branco chega ao Palácio Planalto para sua última manhã de trabalho, antes de transmitir a Presidência para Costa e Silva: chefe do ‘grupo Sorbonne’ é derrotado pelos militares da ‘linha dura’”. Alude, de tal modo, ao que efetivamente se processa no plano histórico, fazendo lembrar que, se a história não se faz empregando o verbo no condicional, a ditadura se torna o que se torna e não o que poderia ter sido, como imagina Francis. Mas a imagem, ao documentar a chegada do presidente ditador à



sede do governo, não apenas se atém aos fatos, expressa-os simbolicamente. Na foto, o enquadramento escolhido faz toda a área central estar desprovida de sujeitos ou outros elementos de destaque, o que é acentuado pelo contraste tonal que parece criar um abismo entre os personagens. De um lado, está Castelo Branco; de outro, dele apartados, estão soldados em guarda, a observá-lo. O discurso visual que se empreende é, à vista disso, do isolamento do marechal, respaldando a ideia do golpe dentro do golpe.

Sobre isso, chama atenção outra foto do topo da página X3, com o título “Que jornal subversivo estávamos fazendo”. Nela se avista um homem sentado ao fundo de um ambiente onde outros três transitam em primeiro plano. A legenda o identifica: “Censor (de óculos) nas oficinas do ‘Estado’: versos de Camões foram marcas registradas dos tempos de censura imposta ao jornal”. O texto de Oliveiros Ferreira, editor-chefe à época do AI-5, traz à tona a censura imposta pela ditadura, colocando o próprio *Estadão* como vítima da repressão. Afirma sua alegada resistência, contudo silencia sobre parte de seu papel enquanto estruturador da ruptura constitucional (Biroli, 2009).

Figura 7: Páginas X10 e X11 de 31/3/1994



Fonte: acervo.estadao.com.br

Além do censor, outros agentes da repressão se veem adiante, em uma fotografia do mosaico disposto nas páginas X10 e X11 (Figura 7). Na maior das fotos,



ocupando quase metade da superfície gráfica, um blindado do Exército carregando soldados está em frente ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, cercado de transeuntes, em abril de 1964. A face repressiva da ditadura, invisível nas edições anteriores, se faz vislumbrar aí, ainda que nada de violento efetivamente ocorra na cena.

Quarto decênio, 2004

Nos quarenta anos, a efeméride ganha chamada de capa e caderno especial de vinte páginas (Figura 8). Na primeira, o título “Março de 64: 40 anos esta noite” aparece sobre fotografia de três presidentes ditadores, devidamente identificados em legenda: “Militares – Castelo Branco, Costa e Silva e Geisel em cerimônia em 1965”. Castelo Branco, em trajes civis, posta a mão direita sobre o coração. Os demais, fardados, fazem continência. Todos olham à frente, decerto em homenagem a símbolos nacionais (bandeira e hino) que o leitor intui. Mas a diferença nas roupas e pose de um e outros demarca a distinção que, recorrentemente, se atribui ao primeiro.

Figura 8: Capa e caderno de 31/3/2004



Fonte: acervo.estadao.com.br

A capa do caderno é ilustrada por uma foto monumental, que ocupa quase toda a página. Ali quatro jovens soldados sentados na carroceria de um caminhão militar empunham suas armas, prontos para o ataque. A sombra de seus capacetes cobre totalmente seus olhos, dando um misterioso ar de ação obscurantista em plena luz do dia. O título “40 anos esta noite”, grafado em negrito e caixa alta, também cria um paradoxo com a luminosidade da foto. Ao mesmo tempo, intriga pela marcação de um turno específico. A noite a que se alude, antecipada pelos olhos encobertos, se evidencia aos poucos nas páginas que seguem, mais precisamente na H12.

Figura 9: Páginas H2, H13 e H4 de 31/3/2004



Fonte: acervo.estadao.com.br

Até lá, imageticamente, enxerga-se mais do mesmo (Figura 9). Na página H2, sob o título “Antes”, em tamanho aumentado e caixa alta, uma grande foto reexibe a manifestação de março de 1964 com a legenda “Marcha da Família com Deus pela Liberdade: protesto contra ‘comunização’ levou 500 mil pessoas às ruas do centro de SP”. Embaixo, à direita da foto, dois homens debruçados sobre o parapeito do alto de um edifício olham a multidão no Viaduto do Chá.

Na página H3, abaixo do título “Durante” em letras garrafais, repete-se a foto da capa da edição, agora com a legenda “Castelo Branco, Costa e Silva e Geisel, em



1965: militares logo deram sinais de que não cogitavam abandonar logo o poder”. Em foto menor, veículos militares andam enfileirados em uma estrada sobre a legenda “Exército desce a Via Dutra com as tropas lideradas pelo general Kruel: intervenção era amparada por fundamentos que pareciam justos à maioria da tropa”. Na página H4, ilustrando “Depois”, à mesa da Presidência do Congresso Nacional, comemoram sorridentes “Tancredo Neves e Ulysses Guimarães: fim dos 20 anos de ditadura só foi possível após formação de frente democrática”. Outras fotos de militares e/ou políticos preenchem as próximas páginas, a exemplo de edições anteriores; além de imagem do mesmo censor antes exposto (Figura 6).

Se, em termos fotográficos, nessas primeiras páginas não há novidades, destaca-se a legenda da foto de Neves e Guimarães. A palavra “ditadura”, que a compõe, aparece em lugar de relativo destaque pela primeira vez nos escritos dos decênios. Quarenta anos depois, já no quinto governo civil, o periódico também já não nomeia o golpe como “revolução”. Desde o texto de abertura, escrito por Carlos Marchi (2004, p. H2), o segundo parágrafo precisa: “Em março de 1964 não houve uma revolução: foi um golpe de Estado clássico”.

Na página H12 as fotos rompem com o tratamento visual da ditadura mais recorrente no veículo (Figura 10). A matéria “Lembranças dos porões” traz fotografia em cores com a fachada de um atraente edifício avistado na diagonal. “O antigo prédio do Dops, no centro de São Paulo: ali, há 24 anos, o hoje presidente Lula permaneceu 32 dias preso”, diz a legenda. Mais embaixo, à direita, está a tétrica foto do repórter do *Estadão*, em 1975, pendurado pelo pescoço, registro da farsa construída para esconder seu assassinato no centro de tortura antes retratado, forjado pelos militares como suicídio. A legenda remete a algo que acontece na sequência: “Wladimir Herzog: enterro do jornalista foi acompanhado de perto pelos agentes secretos”. A terceira imagem dá conta do atentado planejado pelos organismos de repressão, com a legenda: “Os destroços do Puma usado no atentado no Riocentro, em 1981; dúvidas ainda cercam episódio”. Salta aos olhos a presença do corpo mutilado de um oficial do Exército dentro do carro carbonizado. Essa é a mais tenebrosa página do caderno, a exhibir cadáveres junto ao belo prédio cujas salas, celas e porões serviram de cenário para alguns dos piores acontecimentos da ditadura. O interlúdio que se constrói na edição de 1974 enfim pode ser adjetivado como trágico (Lisovsky; Leite e Aguiar, 2018).

Figura 10: Páginas H12 e H13 de 31/3/2004



Fonte: acervo.estadao.com.br.

A página seguinte tem matéria sobre a sequência da história narrada, com o título “Efeitos ainda persistem”. Uma fotografia mostra “O Cardeal Arns e o então senador Franco Montoro, em 1975, diante da Catedral da Sé, onde se realizou a celebração ecumênica em memória do jornalista Vladimir Herzog, morto no cárcere”. Notabiliza-se, mais uma vez, por evidenciar a repressão, agora pelo combate às violações aos direitos humanos e a defesa do direito à verdade e à memória, que o religioso representa. As folhas que se seguem não trazem mais peculiaridades, salvo a se aprofundar na contextualização sociocultural do período e avançar no tempo normalmente coberto nas ocasiões da efeméride e, por isso, trazer personagens até então pouco explorados.

Sobre o segundo aspecto, conclui na última página com matéria sob o título “E a farda desceu a rampa”, no qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, secundado pelo vice Marco Maciel, cumprimenta seus ministros militares na porta do Planalto (Figura 11). A legenda, ademais de identificá-los, afirma que “hoje, militares só são lembrados para discutir segurança”. Na parte inferior da página, está o



depoimento-retranca “A democracia se enraizou”, assinado por FHC. Com esse título, o periódico encerra o caderno especial, dando ao leitor a deixa para despertar do pesadelo da longa “noite” a que alude no início.

Figura 11: Página H20 de 31/3/2004



Fonte: acervo.estadao.com.br.

Quinto decênio, 2014

Nos cinquenta anos do golpe, o jornal faz “esconde-esconde” do acontecimento em sua capa. Esmiuçando-a, são encontradas duas menções indiretas à efeméride e uma direta, mas relegada. No canto superior direito, a chamada para entrevista de Cacá Diegues traz, além do retrato do cineasta, o escrito: “Memórias. Cacá Diegues fala sobre 64. ‘Não podemos esquecer’”. O que não se pode esquecer? Nada se diz ali. Uma segunda chamada, intitulada “ONG pede revisão da Lei da Anistia”, embora sequer mencione golpe ou ditadura, parece responder à dúvida do que esquecer. Sancionada em 1979 por Figueiredo, a lei concedeu perdão a todos que cometeram crimes políticos entre 1961 e 1979, estendendo-se àqueles perpetrados pelo Estado. Isso garantiu, judicialmente, a não-investigação e a não-responsabilização das violações aos direitos humanos praticados pelos militares, com impacto no direito à memória, por se constituir, acima de tudo, como um projeto de amnésia, como esquecimento comandado abusivamente. Não à toa, a referida notícia, na página A5,



traz a foto de um “grupo [que] canta parabéns para o golpe de 1964”. Algumas das pessoas fotografadas dão sinais de patriotismo exacerbado, germe de um movimento crescente nos anos seguintes. Usando roupa e adereços nas cores verde e amarelo (pulseiras, colar, manto na cabeça), elas estão em torno de bolos de aniversário dispostos em mesa forrada com a bandeira do Brasil (Figura 12). Por fim, de volta à capa, em pé de página, menciona o “Meio século depois. Compreender os fatos de 1964 e seu contexto histórico é importante para as novas gerações”, remetendo ao editorial na página 3. Nada mais é tematizado.

Figura 12: Página 5 de 31/3/2014



Fonte: acervo.estadao.com.br

O esvaziamento do tratamento (visual, mas também verbal) do quinquagésimo aniversário pode explicar-se pelo que se processa politicamente nesse período. Com o governo da ex-presença política da ditadura, Dilma Rousseff, a pauta das memórias ditatoriais está em ascensão. Em 2011, a então presidenta cria a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujas atividades estão em curso no momento da publicação da edição e que, em dezembro do mesmo ano, geram um relatório em que oficialmente se admite a “ocorrência de graves violações de direitos humanos [...] [configuradas na] prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como [n]o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres



por agentes do Estado brasileiro” (BRASIL, 2014, p. 962). O periódico, como outros, via com cautela a atuação da CNV, problematizando tudo que nela pudesse abalar a “reconciliação nacional” permitida pela Anistia – cuja revisão lhe soava como revanchismo (Perlatto, 2019).

Figura 13: Capa de 1/4/2014



Fonte: acervo.estadao.com.br

Sem proeminência na primeira data, a efeméride se estende para o dia seguinte, como em 1984, e ganha destaque na capa, com fotografia central. Agora, ao contrário de trinta anos atrás, não se evidencia a celebração dos militares, mas o clamor das vítimas no presente. Acima da legenda “Desaparecidos. Ato na antiga sede do DOI-Codi lembra os 50 anos do golpe militar. Anistia Internacional lança hoje campanha contra a lei de 1979”, a imagem dá a ver dezenas de pessoas, de jovens a idosos, segurando cartazes com o rosto de opositores da ditadura cujo paradeiro é desconhecido (Figura 13). As fotos dentro da foto fitam o leitor, como se clamassem por justiça. A força visual da imagem, reivindicatória, é esmaecida pelo título da chamada que é tanto um relato de um fato quanto um posicionamento do próprio periódico: “Dilma indica que é contra revisão da Lei de Anistia”.

Sexto decênio, 2024



Nos sessenta anos, o golpe volta a ser enfatizado no *Estado*, ocupando 2/3 de sua capa, maior destaque nessas seis décadas (Figura 14). A manchete “Depoimentos inéditos expõem polarização que levou à ruptura” se sobrepõe à grande foto em preto e branco de um tanque de guerra estacionado próximo ao Palácio Laranjeiras, no Rio. Soldados saem de dentro do blindado: um aponta a metralhadora para o prédio em frente, outro se apoia nos braços para sair e um terceiro tem a parte superior do corpo para fora do carro de combate, olhando a rua com o braço esquerdo apoiado na lataria e a mão direita no quepe. Mais soldados postam-se nas calçadas, próximos ao tanque e ao fundo. O flagrante da operação militar é legendado sem detalhes, aludindo a “depoimentos agora divulgados [que] tornam mais compreensível o cenário vivido entre o golpe e a anistia, 1979”. Trata-se da chamada para o caderno especial, de 16 páginas.

Figura 14: Capa e caderno de 31/3/2024



Fonte: acervo.estadao.com.br

Na primeira página do caderno, uma enorme fotografia sangra na página, exibindo militares sentados na carroceria de um caminhão do Exército a empunhar seus fuzis, arranjo que se assemelha ao de outra imagem publicada em 2004 (Figura 8). Aqui, um maior número de soldados é apreendido em composição diagonalizada.



A verticalidade de suas armas passa uma sensação de estabilidade. Estabilidade prestes a se desestabilizar, pois eles estão prontos para a batalha, para levar-se sob a ordem do comando. Assim o jornal encapa os “Depoimentos inéditos, colhidos em 1977 pelo ‘Jornal da Tarde’, [que] expõem, 60 anos depois, a polarização social que levou ao golpe de 1964”, como diz a linha fina dos “Relatos sobre a ruptura”, título disposto no topo da página. A ideia de um país cindido, trabalhada na capa da edição e do caderno, parece fazer ecoar o cenário político do presente, quando há poucos meses a esquerda lulista havia vencido nas urnas a direita bolsonarista, em eleição conturbada que geraria nova tentativa de golpe. Visualmente, nas duas fotografias, o que o *Estadão* cria como discurso aponta para uma supremacia militar, que se testemunha nas imagens pela força de tanques, armas e soldados.

A ênfase fotográfica que abre o caderno perde fôlego à medida que se viram as folhas. Cinco fotografias ilustram sua primeira matéria, que ocupa duas páginas espelhadas, com fotos dos entrevistados nas matérias a seguir. Pery Belivaqua, Chefe do Estado-Maior de Jango, preenche toda a parte de cima da página D2 e adentra a página D3. Nas demais aparecem o general Kruehl, Afonso Arinos, Alzira Vargas e Aliomar Baleeiro, com legenda que novamente remete à polarização. Outras imagens desses personagens voltam nas páginas D7 e D15, transformadas em ilustrações.

Figura 15: Páginas D4 e D5 de 31/3/2024



Fonte: acervo.estadao.com.br



Antes disso, há fotografias de “Blindados M-3 do 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado do Exército, em SP” e de “Metralhadora pesada [que] guarda a principal escadaria do Palácio Guanabara”, em referência às ações golpistas (Figura 15) Com isso, o sentido da hegemonia e do poder do militarismo já abordados nas capas da edição e do caderno tem seguimento. O cerne, até esse ponto, é, como em 1984, no golpe ou, em sua particularidade, na polarização que o procedeu e que justifica o acionamento de toda essa força militar.

Figura 16: Páginas D14, D15 e D16 de 31/3/2024



Fonte: acervo.estadao.com.br



Da ditadura em si, como em outros anos, apenas a conduta do veículo, entre vítima e herói, aparece em fotos: dos donos, de rotativas imprimindo edição posteriormente apreendida pela repressão e de um censor na redação, que divide espaço com a reprodução de fac-símiles de três capas do jornal com a legenda “Solução: páginas censuradas do ‘Estadão’, em 1974, preenchidas com versos de ‘Os Lusíadas’” (Figura 16).

Considerações finais

O *Estado de São Paulo*, nos decênios do aniversário do golpe de 1964, constrói visualmente uma história que se encadeia década a década. Nas fotografias, o protagonismo dos presidentes ditadores, face oficializada do regime ditatorial, é a constante. Um, uns ou vários deles aparecem em todas as edições, exceção feita a de 2014, quando a efeméride mal é pautada. A aparição soa como heroificação: eles condensam, em tese, as virtudes da “revolução”, em especial no caso de Castelo Branco, cujo destaque/distinção é maior. Nele, a inexistência de uniforme militar ainda lhe confere proximidade, em uma fachada civil. O apoio popular, que também se vê com frequência, nas imagens da Marcha da Família, faz recordar que eles mobilizaram muitos.

Outros políticos, em especial os envolvidos nos eventos pré-golpe, e outros oficiais das Forças Armadas, de alta ou baixa patente, são retratados com regularidade. Ternos de um lado, fardas de outro. Nos últimos, sobretudo naqueles que estão nas ruas, as armas e os tanques configuram um vislumbre da repressão, em geral escondida. Sem querer mostrar o que a ditadura mais foi (nas inúmeras violações de direitos humanos que cometeu), essas imagens conformam o que, em 1994, na reportagem de Francis, assume o tom do que poderia ter sido – uma “intervenção” rápida e não tão violenta. É, precisamente, uma memória impedida e/ou manipulada pelos “agendamentos da lembrança” (DIAS, 2014, p. 212) que, nessas fotografias, como inscrições da realidade tanto quanto discursividade que instaura sentidos específicos, acontecimentos em si mesmas (Picado, 2014), compete para abusar ou distorcer o passado, ou seja, para fazer figurar um passado particular, de contornos próprios, moldados pela perspectiva editorial.

Somente em 2004 e na extensão da efeméride até o dia seguinte em 2014, aquilo que parece querer ser esquecido emerge: mortos, vítimas de um horror



praticado de forma sistemática. O arbítrio como praxe do Estado, cuja expressão mais cruel são os atentados e assassinatos que se notabilizam nessas poucas fotos, tenta romper a cobertura mais usual no veículo. Se ao mobilizar o pretérito como elemento que curta-circuita a atualidade, o jornalismo quer assumir o posto de articulador do que hoje se sabe sobre os tempos idos (Antunes, 2014), o trabalho de memória feito por esse periódico é mais invisibilizador que visibilizador. Talvez porque, para tornar visível, o *Estadão* precise assumir o *ethos* antidemocrático que perpassa sua própria história. O dito papel combativo, que convoca com a exibição em 1994, 2004 e 2024 das fotografias do censor na redação, teria de se esvaír para rememorar sobre o quanto se calou sobre as arbitrariedades, de maneira deliberada, por uma tomada de posição majoritariamente favorável à ditadura.

Referências

30 anos depois... **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 1994.

A REVOLUÇÃO e a política. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 1984.

ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**: mirar lo que nos mira. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.

ANTUNES, Elton. O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, Bruno Souza, ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 155-168.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BIONDI, Angie. Fotojornalismo: um campo, uma atividade ou um objeto? In: LEAL, Bruno Souza, ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 171-178.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 269-291, 2009. Disponível em: scielo.br/j/vh/a/p5DrWyB6dW9VDB9TmR46BRK. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório, vol. 1. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.



DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória:** usos do passado e as (re)construções de identidade da *Folha de São Paulo*, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FRANCIS, Paulo. Grande enigma em torno de dois poderosos civis. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 1994.

LISBOA, Luiz Carlos. Vinte anos depois, uma sensação de desperdício. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 1984.

LISSOVSKY, Mauricio; LEITE E AGUIAR, Ana Lígia. Monumentos à deriva: imagens e memória da ditadura no cinquentenário do golpe militar de 1964. In: FRANÇA, Andréa; SICILIANO, Tatiana; MACHADO, Patrícia (orgs.). **Imagens em disputa:** cinema, vídeo, fotografia e monumento em tempo de ditaduras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

MARCHI, Carlos. Antes. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 2004.

MARTIN, Shannon. **Newspapers of record in a digital age:** from hot type to hot link. Westport: Praeger Publishers, 1998.

MAZZILLI será o novo presidente. **O Estado de São Paulo**, 2 abr. 1964.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 7-25, 2010. Disponível em: sur.conectas.org/entre-reparacoes-meias-verdades-e-impunidade. Acesso em 4 jul. 2024.

MILITARES comemoram Revolução. **O Estado de São Paulo**, 1º abr. 1984.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal *O Estado de São Paulo* e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, p. 367-379, 2017. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/26037. Acesso em: 4 jul. 2024.

NOBERTO, Lineker. O golpe de abril de 1964 e porque as datas importam. **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 11-23, 2024. Disponível em: seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/15540. Acesso em: 4 jul. 2024.

O ÊXITO na economia e o impasse político. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 1975.

O PRIMEIRO ano da revolução. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 1965.

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78–100, 2019. Disponível em: revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311272019078. Acesso em: 17 jul. 2024.

PICADO, Benjamim. **O olho suspenso do Novecento:** plasticidade e discursividade visual no fotojornalismo moderno. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Pensar o tempo: breves notas sobre o presente, a história e os processos comunicacionais. In: BARBOSA, Marialva; SACRAMENTO, Igor (orgs.). **Vozes**



consoantes: comunicação e cultura em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: Mauaud X, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.